

ALÓGICADAS ATITUDES: esse complicado objeto do querer*

Marcio Kléos Freire Pereira**

Resumo: Exame da ambigüidade nas atitudes *de re* e *de dicto*. Apresenta-se uma exposição resumida de alguns problemas relacionados às atitudes proposicionais, do ponto de vista da filosofia da linguagem, para, em seguida, analisar-se a ambigüidade em sentenças com atribuições *de re* e *de dicto*, esboçando-se um tratamento dessa ambigüidade a partir da distinção entre estrutura profunda e estrutura superficial da linguagem, e a partir da abordagem de M.J. Cresswell acerca das atitudes proposicionais. Pretende-se mostrar que esse tratamento respeita o uso ordinário das sentenças envolvendo atitudes proposicionais.

Palavras-chave: Semântica filosófica. Atitudes proposicionais. Estrutura profunda. Estrutura superficial.

Abstract: An analysis of ambiguity in *de re* and *de dicto* attitudes. It presents a brief account of some problems related to propositional attitudes, from the point of view of philosophy of language, in order to examine ambiguity in sentences with *de re* and *de dicto* attributions, sketching a treatment of this ambiguity based on the distinction between deep structure and surface structure in language, and based on M.J. Cresswell's approach to propositional attitudes. It is intended to show that this treatment is closer to ordinary usage of sentences containing propositional attitudes.

Keywords: Philosophical semantics. Propositional attitudes. Deep structure. Surface structure.

* Texto apresentado durante a XIV SEMANA DE FILOSOFIA – UFMA: ESTADOS MENTAIS, na mesa-redonda *Abordagens lógicas e simbólicas para os estados mentais*. São Luís / MA, 09.12.2004

** Mestre em filosofia (UFPB), Professor de Lógica e Epistemologia (DEFIL-UFMA).
E-mail: marcio_kleos@yahoo.com.br

1. Introdução

Grosso modo, a filosofia contemporânea distingue duas categorias de estados mentais: os *qualia* (representações sensíveis) e os estados intencionais (que se caracterizam por apresentarem uma certa atitude acerca de algo). Os estados intencionais descritos pela literatura são, em geral, as atitudes epistêmicas (saber, crer, deduzir, etc.). Por sua vez, a investigação filosófica acerca desses estados pode ser empreendida em diferentes perspectivas ou campos de estudo, dos quais a filosofia da mente é, talvez, o mais inclusivo. Tratarei aqui desse assunto do ponto de vista mais estrito (e, segundo alguns, autônomo) do lógico e do filósofo da linguagem. Minha análise, portanto, se prenderá, não ao que ocorre na mente quando aqueles estados se apresentam à nossa subjetividade, mas às relações, conteúdos e operações objetivas determinados pelo significado das expressões empregadas. Embora compreenda que a filosofia da linguagem esteja incluída, de certo modo, no escopo mais geral da filosofia da mente, entendo que a caracterização estritamente lógica da linguagem não depende de aspectos pragmáticos ou epistemológicos, mesmo que a eleição, como mais apropriada, de uma teoria lógica em detrimento de outra possa eventualmente depender de fatores não-formais. Em parte, a defesa que farei da abordagem utilizada remeterá a fatores dessa natureza.

A presente exposição obedecerá ao seguinte roteiro. Primeiro, ilustrarei alguns problemas relacionados com as atitudes proposicionais; a seguir, esboçarei uma explicação sobre a natureza das atribuições *de re* e *de dicto*; então, apresentarei propostas de tratamento, baseadas nos resultados de Max Cresswell (1985), esboçando, por fim, uma defesa dessa abordagem semântica. Evidentemente, por razões de tempo e espaço, somente alguns poucos tópicos serão discutidos, deixando de lado problemas correlatos importantes, como as atitudes *de se* (auto-referenciais), contextos de citação (*quotational contexts*), atitudes *de expressione*, atitudes reiteradas, entre outros. Pelas mesmas razões, na medida do possível, evitarei discutir detalhes muito técnicos relacionados com o tratamento formal do assunto, haja vista o propósito deste trabalho ser de outra natureza que não o debate aprofundado. Contudo, essa escolha metodológica tem seus próprios riscos, que assumo conscientemente, esperando, com isso, não prejudicar o rigor e a clareza da exposição.

2. Falando de atitudes

Desde os escritos de Frege sobre sentido e denotação, as atitudes proposicionais têm sido um campo de acalorado debate e resultados intrigantes. Em geral, compreende-se por proposição aquilo que sentenças como “o céu é azul” e “*the sky is blue*” têm em comum, ou seja, o sentido expresso pelas mesmas. Na perspectiva adotada por Frege (1973) e Carnap (1947), entre ou-

tros, aquelas sentenças denotariam um valor-de-verdade (o *verdadeiro* ou o *falso*) como suas referências, e essa referência seria determinada por uma proposição. A proposição expressa por uma sentença corresponderia, assim, às condições de verdade para aquela sentença. A terminologia mais sofisticada de Carnap emprega as noções de intensão e extensão como análogas às de sentido e referência. Mais estritamente, neste caso, a intensão de uma expressão seria uma certa função lógica que, operando sobre seus próprios constituintes semânticos, determinaria a extensão dessa expressão. Assim, as intensões daquelas duas sentenças de nosso exemplo acima seriam a mesma proposição, a saber, a de que o céu é azul, expressando as *condições de verdade* para aquelas sentenças – no caso, as mesmas condições, por serem a mesma intensão. Suas extensões seriam o *verdadeiro* (pelo menos, em cidades não muito poluídas, durante a maior parte do dia, no verão).

Carnap (1947, p. 48s.) define como contextos extensionais aqueles nos quais a substituição de ocorrências de designadores (constantes individuais, descrições definidas, predicados, etc.) em uma sentença por ocorrências de designadores que lhes sejam equivalentes preserva a extensão da sentença (sua verdade ou falsidade). Por exemplo, nas sentenças

1. Vênus é a Estrela da Manhã.
2. Vênus é a Estrela da Tarde.

a substituição, em **1**, de “a Estrela da Manhã” pela expressão equivalente “a Estrela da Tarde” – são equivalentes porque determinam a mesma referência: o planeta Vênus –, gera a sentença **2**, e denuncia um contexto extensional, uma vez que a verdade da sentença permanece inalterada após a substituição.

Nem todos os contextos são extensionais, entretanto. Observem-se as sentenças

3. Necessariamente, Vênus é Vênus.
4. Necessariamente, Vênus é a Estrela da Tarde.

Claramente, a substituição da segunda ocorrência de “Vênus” em **3** pela expressão equivalente “a Estrela da Tarde”, resultando em **4**, não preserva a referência (*verdadeiro*) da sentença original. A razão é que, embora Vênus seja a Estrela da Tarde, essa identidade não é necessária, pois o astro que foi nomeado como a Estrela da Manhã *por aparecer em tais e tais circunstâncias* poderia ter sido outro – por exemplo, se a configuração orbital de nosso sistema planetário não fosse a atual; ao passo que a equivalência entre as duas ocorrências de “Vênus” em **3** independe de quaisquer circunstâncias. (Desconsidere-se aqui, para efeito de compreensão desses exemplos, a possibilidade de “Estrela da Tarde” ser tomada como um designador rígido, no sentido kripkeano, bem

como sua interpretação *de re*). Contextos modais, como **3** e **4**, são exemplos de sentenças não-extensionais. Nesses casos, o que se tem são contextos intensionais, onde a referência, para ser preservada, exige que as substituições no interior da sentença somente ocorram entre designadores logicamente equivalentes entre si; ou seja, entre expressões com a mesma extensão em todos os mundos possíveis (do ponto de vista lógico), o que pode ser determinado tão somente a partir da estrutura lógica dessas expressões. É o caso das sentenças

5. Necessariamente, $15 = 15$.

6. Necessariamente, A raiz cúbica de $3375 = 15$.

A substituição, na sentença **5**, do numeral “15” pela expressão logicamente equivalente “a raiz cúbica de 3375”, gerando a sentença **6**, preservou a verdade da sentença após a substituição, visto que ambas as expressões denotam a mesma referência (o número 15) em todos os mundos possíveis, tendo portanto a mesma intensão.

Contudo, existem contextos que não são extensionais, nem intensionais (CARNAP, 1947, p.54). Considere-se, por exemplo,

7. Frodo sabe que $15 = 15$.

8. Frodo sabe que a raiz cúbica de $3375 = 15$.

Nos exemplos em questão, da sentença **7** não decorre logicamente a sentença **8**, visto que, como é evidente, do simples fato de Frodo saber que o número 15 é idêntico a si mesmo não decorre que ele também saiba que a raiz cúbica de 3375 é idêntica a 15, mesmo que a raiz cúbica daquele número seja logicamente equivalente a 15 (ou seja, tanto a raiz cúbica de 3375 como o numeral 15 determinam a mesma extensão em todos os mundos possíveis – a saber, o número 15).

Um exemplo clássico envolvendo, desta vez, o verbo de atitude *querer*, costuma ser o seguinte:

9. Édipo queria casar-se com Jocasta.

10. Édipo queria casar-se com sua (própria) mãe.

Embora as expressões “Jocasta” e “mãe de Édipo” sejam equivalentes por designarem ambas a mesma mulher, não parece aceitável, do ponto de vista lógico, deduzir **10** a partir de **9** (bem ilustrado pelo desfecho da famosa tragédia de Sófocles), embora em contextos extensionais, tal derivação fosse perfeitamente aceitável, como no exemplo a seguir:

11. Jocasta era a rainha de Tebas.

12. A mãe de Édipo era a rainha de Tebas.

Quando o problema da substituição foi detectado com razoável clareza, a partir de uma outra dificuldade semântica (o chamado *problema da igualdade*), a primeira estratégia, concebida por Frege (1973), no seu artigo sobre sentido e referência (publicado em 1892), foi diferenciar, a nível semântico, o conteúdo veiculado por uma expressão e a referência determinada por esse conteúdo. Naturalmente, isso não foi suficiente para elaborar uma lógica que fosse capaz de determinar com segurança as inferências que envolvessem atitudes proposicionais. Algumas das primeiras tentativas nesse sentido precisaram suportar uma certa *onisciência lógica* por parte dos sujeitos epistêmicos. A consequência desse pressuposto foi a criação de uma lógica que, na prática, estabelecia que um sujeito que sustentasse alguma atitude epistêmica (saber, crer, etc.) acerca de um conteúdo proposicional estaria com certeza sustentando a mesma atitude para com esse mesmo conteúdo ainda que apresentado por uma sentença distinta, *estivesse ou não esse sujeito consciente disso* (PEREIRA, 2001). Naturalmente, essa abordagem contradiz nossa intuição, e obrigaria Édipo, na sentença 9, a querer conscientemente cometer incesto.

Essa perspectiva, embora atraente do ponto de vista lógico, incomodou, como seria de se esperar, aqueles lógicos e filósofos que pretendiam fornecer um tratamento formal capaz de descrever as atitudes de seres humanos ordinários, bem como descrever quais inferências seríamos necessariamente obrigados a realizar, independente de nossa desinformação ou incapacidade para cálculos complicados. Esse esforço se insere no programa mais geral de uma filosofia que descreva as intrincadas estruturas semânticas de nosso raciocínio (que se articula lingüisticamente e, portanto, deve admitir uma caracterização semântico-gramatical).

Ao longo do século XX, numerosos lógicos e filósofos se ocuparam com a questão, obtendo resultados interessantes, e, contudo, deixando problemas em aberto. Um *insight* dificilmente ignorado hoje é a tese de Carnap (1947), segundo a qual, nos contextos de atitude proposicional (que não são extensionais, nem intensionais), é preciso levar em conta a estrutura da intensão das expressões funcionando como objeto dos verbos de atitude. Essa noção foi elaborada com mais detalhe por outros autores, numa profusão de tratamentos alternativos para o problema (cf. SALMON & SOAMES, 1988). Retomarei essa direção mais adiante.

3. Atribuições *de re* e atribuições *de dicto*

O foco de minha análise neste trabalho será o exame da ambigüidade nas atribuições *de re* e *de dicto* no contexto das atitudes proposicionais. Antes, uma rápida explicação sobre essas atribuições.

Seria impraticável examinar aqui as complicadas nuances da distinção entre atribuições *de re* e atribuições *de dicto* – expressões que já se tornaram

parte do vocabulário técnico básico da filosofia contemporânea. Contudo, uma caracterização breve e introdutória deve bastar para a presente exposição. Considere-se que faço uma atribuição *de re* quando pretendo me referir *diretamente* àquilo que uma expressão (descrição definida, descrição indefinida, constante individual, etc.) designa, e faço uma atribuição *de dicto* quando, de alguma forma, eu não singularizo na minha referência objetos ou indivíduos específicos, mas pretendo referir-me àqueles objetos ou indivíduos que *eventualmente* sejam a referência da descrição empregada. De certo modo, numa atribuição *de dicto*, a maneira como descrevo algo é tão ou mais relevante para meu discurso do que a referência ocasional que essa descrição venha a exibir; enquanto que, numa atribuição *de re*, a descrição empregada é um mero artifício linguístico para falar da referência em si.

A aparente complexidade dessa distinção pode ser atenuada por meio de exemplos. Considere-se a sentença **12** acima. Ela admite, intuitivamente, várias leituras:

- 12.1.** Quem quer que fosse a mãe de Édipo era a mesma pessoa que governava Tebas, fosse essa pessoa quem fosse. (leitura *de dicto* duas vezes)
- 12.2.** Uma pessoa específica que identifico pela descrição “mãe de Édipo” – a descrição empregada é irrelevante desde que eu seja bem-sucedido em indicar a qual pessoa me refiro – era a mesma pessoa que governava Tebas, fosse essa pessoa quem fosse (um indivíduo qualquer que satisfaça minha descrição). (*de re*, *de dicto*)
- 12.3.** Quem quer que fosse a mãe de Édipo (satisfazendo essa descrição) era a mesma pessoa que identifico casualmente pela descrição “rainha de Tebas”. (*de dicto*, *de re*)
- 12.4.** Uma pessoa específica que identifico pela descrição “mãe de Édipo” – mas, de novo, a expressão empregada poderia ser outra, etc. – era a mesma pessoa que identifico pela descrição “rainha de Tebas” – de novo, a expressão é usada apenas para se referir a uma pessoa específica, etc. (leitura *de re* duas vezes)

As sutilezas de leitura podem escapar à percepção do leitor apressado ou de quem não está acostumado a este tipo de análise. O fato é que tais sutilezas, apontadas aqui ilustrativamente em uma sentença um tanto inocente, podem comprometer, dependendo da circunstância, até o mais simples diálogo – especialmente, em contextos epistêmicos ou intencionais. Diagnosticada a confusão, a ambigüidade pode às vezes ser eliminada a partir do contexto, ou ainda, pode-se requerer ao interlocutor que explique melhor o que pretende dizer. A preocupação do teórico formal, no entanto, planeja descrever os princípios e mecanismos subjacentes ao emprego de expressões gramaticalmente significantes, de modo

eficaz e geral, ainda que a partir de dificuldades postas por situações particulares. Em uma formalização aceitável da linguagem ordinária, tais dificuldades devem desaparecer – especialmente, aquelas relacionadas com ambigüidade estrutural, um dos principais incômodos para os filósofos da linguagem.

4. Estrutura superficial e estrutura profunda

Richard Montague (1974), o assim chamado *filósofo formal*, aproveitou a distinção, concebida por Chomsky (1969), entre estrutura profunda e estrutura superficial da linguagem, em seu projeto de uma caracterização formal adequada para qualquer linguagem possível. O desafio, àquela época, era superar a dicotomia entre os filósofos que pretendiam examinar e, se necessário, *corrigir* a linguagem ordinária a partir de modelos formais bem construídos, apropriados para a análise filosófica, e aqueles filósofos que defendiam a análise da linguagem natural, tal como ela se apresentava em sua riqueza sintática e semântica, como a única estratégia conveniente para a filosofia. Montague propôs a instigante tese de que não havia diferenças relevantes, do ponto de vista formal, no tratamento tanto das linguagens naturais como das linguagens formais. E uma ferramenta indispensável para se demonstrar essa tese foi aquela distinção chomskyana.

Obviamente, não cabe descrever aqui a teoria das gramáticas gerativas e transformacionais, tão bem conhecidas dos lingüistas contemporâneos. Contudo, para efeito de continuidade dessa exposição, pode-se dizer, em síntese, que cada expressão gramaticalmente bem construída de uma linguagem (como a língua portuguesa) admite pelo menos uma análise sintática, que denuncia como a expressão foi construída, passo a passo. Com freqüência, para acomodar certas construções de acordo com os constrangimentos próprios das línguas naturais, certas operações são feitas, transformando a aparência da estrutura em construção (como, por exemplo, colocar o pronome no caso oblíquo, declinar gênero ou construir uma próclise por força de algum advérbio incluído na expressão). Temos, portanto, o nível aparente da linguagem e um nível mais profundo, onde ela exhibe sua estrutura lógico-gramatical.

O que também ocorre, com freqüência, é que uma certa expressão sintaticamente bem formada pode admitir mais de uma análise sintática, e, por conseguinte, mais de uma interpretação semântica. A solução de Montague para o desconforto dos filósofos em relação à ambigüidade inerente à linguagem ordinária foi oferecer uma abordagem formal que respeitasse esses níveis, e mostrasse que, mesmo no caso de expressões polissêmicas, seria possível enxergar uma estrutura rigorosa, desde que se explicitasse as análises sintáticas possíveis para cada expressão ambígua. Ambas as contribuições (de Chomsky e Montague) terão sua importância na presente discussão, como mostrarei a seguir.

5. A estratégia de Cresswell

Desenvolvendo a tese de Carnap supracitada, Cresswell reconhece toda uma família de intensões associada a uma dada sentença funcionando como complemento de um verbo de atitude, e *uma ambigüidade fundamental estabelecida ao nível da estrutura superficial da linguagem*. Essa família de intensões inclui desde a intensão completamente estruturada da sentença até a intensão não-estruturada resultante de todas as operações feitas no interior daquela intensão estruturada, passo a passo, até determinar o que seria normalmente a referência da sentença. No esquema de Cresswell, essa referência é um conjunto dos mundos possíveis (em vez de um valor-de-verdade, como indiquei antes) – intuitivamente, o conjunto dos mundos possíveis nos quais o estado de coisas descrito pela sentença efetivamente ocorra.

A opacidade no emprego das sentenças contendo atitudes proposicionais se deve a uma ambigüidade fundamental em sua estrutura sintática. Essa ambigüidade é imediatamente eliminada ao se explicitar a estrutura profunda da sentença. De acordo com Cresswell, a partícula *que*, posicionada antes dos complementos dos verbos de atitude, funciona como um operador lógico que toma como argumento uma intensão estruturada. Discernir qual intensão na família de intensões associada àquela sentença-complemento o operador está indicando só é possível, do ponto de vista semântico, se forem incluídos índices subscritos naquele operador.

Como me comprometi, no início, a evitar detalhes muito técnicos, apenas indicarei em linhas gerais como isso pode ser feito. Considere-se o seguinte exemplo – para efeito de clareza, uma vez que não estou empregando uma linguagem formal e me submeto assim condescendentemente à ambigüidade da linguagem natural, subentenda-se as expressões “sua mãe” e “sua esposa” como abreviações de “mãe de Édipo” e “esposa de Édipo”, respectivamente (esse tipo de ambigüidade não oferece maiores problemas numa apresentação formal e, portanto, não é de interesse no momento).

13. Édipo queria que sua mãe se tornasse sua esposa.

O verbo de atitude empregado em **13** é *querer*. Na perspectiva que estou apresentando, ele pode ser tomado simplesmente como um predicado lógico binário (que admite dois argumentos), da maneira usual: “ x quer y ”, sendo que x é uma variável para o universo dos indivíduos e y uma variável para proposições. Para uma sentença referir-se ao que usualmente é seu sentido (uma proposição) e poder funcionar como complemento de um verbo de atitude, recorre-se à velha estratégia fregeana de acrescentar “que” à sua frente, para caracterizar que não estou enunciando diretamente a sentença, mas descrevendo o pensamento que ela expressa (sua proposição). Este tipo de ocorrência sentencial é, às ve-

zes, chamado de contexto oblíquo (FREGE, 1973). Assim, a sentença “A mãe de Édipo se torna sua esposa”, que pretende descrever um estado de coisas, se diferencia, na análise lingüística, do pensamento de “que a mãe de Édipo se torna sua esposa”, expressão que não chega a estabelecer um estado de coisas, mas apenas sugere o conteúdo semântico da sentença anterior.

Pois bem, subentendidos os devidos ajustes gramaticais (gerativo-transformacionais), tem-se, a um certo momento, a seguinte etapa na construção, passo a passo, de **13** (repetida abaixo como **13.2**):

13.1. A mãe de Édipo se torna sua esposa.

13.2. Édipo queria que sua mãe se tornasse sua esposa.

Como se pode facilmente ver, a sentença **13.1** integra a sentença **13.2**, mas de forma oblíqua (para usar a terminologia fregeana). Dizendo de outro modo, a sentença **13.1** pretende descrever uma situação em ato. No plano semântico, essa sentença se refere a um conjunto de mundos ou situações possíveis – intuitivamente, os mundos ou situações onde a pessoa que é a mãe de Édipo se torna também sua esposa. A intensão mais simples (não-estruturada) dessa sentença é uma função que permite delimitar como valor esse conjunto de mundos descrito.

Ocorre que, ao considerar **13.1** em um contexto oblíquo ou funcionando como complemento de um verbo de atitude, existe tanto a possibilidade de que o verbo tome a intensão não-estruturada que acabei de descrever, quanto a possibilidade de o verbo tomar qualquer uma das intensões estruturadas que espelham a estrutura da sentença. Assim, a sentença **13.2** pode significar, pelo menos, quatro coisas:

13.2.1. Édipo queria que uma pessoa específica – casualmente referida na sentença como sua mãe – se tornasse outra pessoa específica – casualmente referida como sua esposa.

13.2.2. Édipo queria que uma pessoa específica – etc, etc. – se tornasse sua esposa.

13.2.3. Édipo queria que a pessoa que é sua mãe – seja quem for – se tornasse uma pessoa específica – casualmente, referida na sentença como sua esposa.

13.2.4. Édipo queria que a pessoa que é sua mãe – seja quem for – se tornasse também sua esposa – embora, ele possa não ter em mente uma pessoa específica.

Uma rápida digressão: é claro que algumas das interpretações acima podem parecer improváveis, mas são legítimas do ponto de vista lógico, e todas as possibilidades devem estar contempladas na análise. Qualquer uma delas po-

deria representar uma diferente vontade de Édipo. Contudo, o que está em questão não é apenas descrever o que Édipo *de fato* queria, mas examinar de que maneira podemos representar linguisticamente também as outras possibilidades. Não é um mero jogo de palavras, pois a presente discussão envolve compreender quais as condições de verdade para um numeroso grupo de sentenças de nossa linguagem cotidiana. Trata-se de apreender o significado ou significados possíveis dessas sentenças, o que representa apenas um passo preliminar no estudo das inferências e relações lógicas em que tais sentenças ocorrem.

Retomando a exposição... Se, por meio de alguma estratégia sintática (como a inclusão de índices, de que falei acima), ficar marcada na estrutura da sentença qual das leituras alternativas deve ser considerada, a ambigüidade estará eliminada. Parece claro que, embora algumas das leituras possíveis possam colapsar ao descrever sempre o mesmo conjunto de mundos possíveis, a equivalência lógica gerada não funcionará para fazer equivaler essas leituras em um contexto de atitude proposicional. Por exemplo, em **13.2.2** e **13.2.4**, o estado de coisas descrito deve ser o mesmo, do ponto de vista dos fatos. O que está em questão é se a descrição do querer de Édipo se resume a isto. No caso da trama de Sófocles, seria evidente que a leitura mais apropriada era **13.2.2**, e a mais simples intuição reconheceria como equivocada a leitura **13.2.4**, que implicaria a vontade explícita de cometer incesto – na tragédia, Édipo desconhecia o fato de Jocasta ser sua mãe biológica. O cuidado com essa sutileza impede, por exemplo, que essa última possibilidade (a intenção consciente de cometer incesto) possa ser inferida a partir da anterior (que não pressupõe necessariamente que Édipo soubesse de seu parentesco com Jocasta). Para efeito de análise lingüística ou de cálculo lógico, a solução seria diferenciar as leituras possíveis que tornam ambígua a sentença **13.2** ao nível da estrutura superficial da linguagem. Essa diferenciação seria feita ao nível da estrutura profunda, mediante os índices aos quais já me referi.

Apenas para fornecer uma ilustração superficial de como isso poderia ser feito, sem entrar nos complicados detalhes que constituem uma lógica categorial, exibo a seguir como reescrever a mesma sentença **13.2**, ambígua estruturalmente, em quatro formulações distintas, não-ambíguas, acrescentando apenas índices no operador lógico *que* (destacado em negrito abaixo), cada reformulação equivalendo, respectivamente, às quatro possibilidades de leitura anteriormente citadas¹:

- 13.2.1a.** Édipo queria **que**_(0/11) sua mãe se tornasse sua esposa.
- 13.2.2a.** Édipo queria **que**_{(0/1(1/1))} sua mãe se tornasse sua esposa.
- 13.2.3a.** Édipo queria **que**_{(0/(1/1)1)} sua mãe se tornasse sua esposa.
- 13.2.4a.** Édipo queria **que**_{(0/(1/1)(1/1))} sua mãe se tornasse sua esposa.

Em cada uma das situações acima, o operador *que* está considerando

estruturas intensionais distintas, mesmo que, em última instância, elas possam acabar descrevendo o mesmo estado de coisas. Ocorre que, para dar conta da análise semântica do verbo de atitude *querer* na sentença **13**, é preciso levar em consideração, mais do que a referência da sentença-complemento “que a mãe de Édipo se tornasse sua esposa”.

Essa análise não estaria razoavelmente completa, a despeito de sua superficialidade, se eu não indicasse que é também possível uma leitura ainda mais simples: a de que a sentença **13** pode significar que Édipo queria um certo estado de coisas específico, e a descrição que fiz desse estado de coisas foi totalmente casual em minha enunciação (ou seja, Édipo pode ter desejado a situação de uma perspectiva muito diferente, como, por exemplo, “que a rainha de Tebas o tornasse rei”). Nesse caso, o que interessa, do ponto de vista semântico, é tão somente o conjunto de mundos possíveis na extensão da sentença-complemento. Cabe, portanto, ainda uma quinta leitura de **13**, a saber:

13.2.5. Édipo queria que uma certa situação específica acontecesse, e, independentemente de como ele descrevesse ou percebesse essa situação, eu a descrevo com uma expressão equivalente que representa a mesma situação, esteja Édipo de acordo ou não com essa minha descrição.

que pediria a seguinte especificação de índice no operador *que*:

13.2.5a. Édipo queria **que₀** sua mãe se tornasse sua esposa.

Um aprofundamento do assunto, inclusive no que tange à caracterização propriamente dita das intensões estruturadas e a uma explicação mais detalhada do comportamento do operador *que*, entre outros tópicos aqui tratados de passagem, requer muito mais tempo e espaço; mas, pode ser encontrada na bibliografia citada.

6. Considerações finais

É nesse sentido que, no contexto de uma conversação, eu tanto estou legitimado a dizer que Édipo queria que Jocasta se tornasse sua esposa, quanto a dizer que Édipo queria que sua própria mãe se tornasse sua esposa. Se eu considerar esta última sentença numa acepção *de re*, estarei descrevendo exatamente o que Édipo pretendia, embora ele próprio não soubesse disto (para sua infelicidade!). Serei perfeitamente compreendido pelos meus interlocutores, a não ser que algum desavisado entenda que eu pretendi dizer que Édipo queria conscientemente cometer incesto (o que é obviamente refutado pelo desfecho

da tragédia). Esta última interpretação corresponderia a uma leitura *de dicto*, segundo a qual, a atitude ‘querer’, por parte do sujeito Édipo, se referiria a Jocasta enquanto sua mãe.

Naturalmente, muito ficou por ser explorado ainda. Porém, o propósito dessa apresentação introdutória foi somente mostrar qual o problema mais geral com a semântica das atitudes e como a ambigüidade na linguagem natural pode ser trabalhada do ponto de vista filosófico, baseando-se nas contribuições dos teóricos citados. A ambigüidade na estrutura superficial da linguagem pode ser esclarecida mediante explicações adicionais – o que deveria ser supérfluo em uma linguagem suficientemente clara – ou, alternativamente, numa caracterização lógica que desvele a estrutura profunda não-ambígua da sentença, à la Chomsky, Montague, e, acrescento, Cresswell.

Notas:

1. Apenas um pouco de linguagem técnica: os tipos categoriais nos índices do operador *que* obedecem às definições usuais (0 para proposições - ou mundos possíveis, dependendo da semântica adotada, e 1 para indivíduos). Como de praxe, *a/b* corresponde ao conjunto das funções com domínio de tipo *b* e imagem de tipo *a*; por exemplo, 0/11 representa o tipo das funções binárias de indivíduos em proposições (ou mundos possíveis), e assim por diante.

Referências:

CARNAP, Rudolf. **Meaning and necessity**. Chicago: University of Chicago Press, 1947.

CHOMSKY, Noam. **La linguistique Cartésienne**. Paris: Éditions du Seuil, 1969.

CRESSWELL, M. J. **Structured meanings: the semantics of propositional attitudes**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985.

FREGE, Gottlob. *Sobre el sentido y la denotación*, in SIMPSON, T. M. (org.) **Semântica filosófica: problemas y discusiones**. Buenos Aires: siglo XXI editores, 1973.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.

MONTAGUE, Richard. **Formal philosophy** (edited by R. Thomason). New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1974.

PEREIRA, Marcio K. F. **Sintaxe e semântica universais**. Campinas, SP: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (Coleção CLE, vol.32), 2001.

RICHARD, Mark. **Propositional attitudes: an essay on thoughts and how we ascribe them**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1990.

SALMON, Nathan & SOAMES, Scott. (ed). **Propositions and attitudes**. New York: Oxford University Press, 1988.